

# Um mar de heranças: a importância do Atlântico na configuração do Império do Brasil<sup>1</sup>

**Luana de Amorim Donin**

*Historiadora e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista da Capes.*

## RESUMO

Este artigo busca entender a relação de construção do Império português e os caminhos do mar, apontando as vantagens e os desafios de manutenção de um monopólio marítimo. Almeja-se, ademais, compreender de que forma as heranças dessa tradição portuguesa foram legadas ao Império do Brasil e como essa região se colocou nas novas dinâmicas marítimas apresentadas no século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Oceano, Império português, Império do Brasil

## ABSTRACT

This paper aims to understand the relationship between the Portuguese empire and the pathways of the sea, pointing out the advantages and challenges of the management of a maritime monopoly. We seek to understand how the legacies of this Portuguese tradition were bequeathed to the Brazilian Empire and how this region dealt with the new 19th century maritime dynamics.

**KEYWORDS:** Ocean, the Portuguese Empire, the Empire of Brazil

No alvorecer da época dos descobrimentos, entre os muitos fatores que contribuíram para a união de continentes e povos de todo o mundo, um elemento se destaca como ator principal: o mar. Compreender essa vasta imensidão de água não apenas como ponto geográfico a ser vencido, mas também como parte integrante do processo histórico de formação econômica, social e política de toda a humanidade, abre caminho para um melhor entendimento da direção tomada pelos agentes históricos na construção do Ocidente moderno.

O Oceano Atlântico desponta como personagem central desde o período dos descobrimentos até os mais complexos sistemas capitalistas como espaço integrador de inúmeras regiões territoriais. O Atlântico como região histórica estável criou uma divisão de trabalho material e espacial que determinou padrões de povoamento, atividade econômica e circulação de mercadorias e migrações.<sup>2</sup> Nessa perspectiva, Portugal e a construção de seu Império marítimo estavam intimamente imbricados ao espaço atlântico, tendo sido de fundamental relevância a manutenção dos caminhos marítimos que definiram a própria conformação do Império português. A centralidade do mar foi também legado deixado aos seus

<sup>1</sup> Este artigo foi resultado do trabalho final apresentado a uma disciplina do PPGH-UFF, ministrado pelo prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro. Agradeço pelos comentários feitos pelo professor.

<sup>2</sup> TOMICH, Dale. "O Atlântico como Espaço Histórico". *História Atlântica: Special issue of Estudos AfroAsiáticos*, Vol. 26, nº 2, 2004.

domínios marítimos, especialmente o Império do Brasil, principal herdeiro do complexo marítimo português.

Este trabalho busca entender a relação de construção do Império português e os caminhos do mar, apontando as vantagens e os desafios de manutenção de um monopólio marítimo. Almeja-se, ademais, compreender de que forma as heranças dessa tradição portuguesa foram legadas ao Império do Brasil e como essa região se colocou nas novas dinâmicas marítimas apresentadas no século XIX.

### **O IMPÉRIO PORTUGUÊS: A CENTRALIDADE DO MAR**

A construção de um império português perpassa várias motivações religiosas, políticas, estratégicas e econômicas. Impulsionados pela necessidade de expansão, os portugueses se lançaram ao descobrimento objetivando a conquista e a riqueza para o reino. Entretanto, para realização de tal façanha, foi necessário vencer a barreira imposta pelo mar. A realização de tal feito transformou a história do Ocidente e levou Portugal à formação de um imenso território, em que o personagem principal de ligação seria o mar. A proteção desse meio natural de comunicação e locomoção, portanto, foi um importante ponto de estratégia para manutenção do poder imperial luso ao longo da Época Moderna.

Mesmo não utilizando o título de imperador, ou o termo império, como forma de representação real ou para denominação dos domínios portugueses ao redor do mundo, a monarquia portuguesa, ao iniciar seu período de predomínio marítimo e comercial, como aponta Cardim, valeu-se de um ideário imperial com o intuito de evocar uma representação, do ponto de vista político, do mundo lusitano e sua dimensão ultramarina.<sup>3</sup> Essa noção representativa do poder português estava associada à articulação de uma vocação universal, complementan-

do, assim, o discurso de exclusividade das rotas marítimas e das áreas conquistadas no processo dos descobrimentos. Tais prerrogativas de monopólio foram invocadas pelas monarquias ibéricas como meta para assegurar os privilégios e os interesses que se configuravam a partir da introdução de novos elementos concorrenciais no comércio transoceânico e da colonização. Tanto em Portugal como na Espanha recorreu-se a um discurso jurídico legitimador, no afã de refutar qualquer contestação da exclusividade das navegações e das conquistas.<sup>4</sup>

O discurso jurídico colocado em questão perpassava dois pontos centrais: a justificação da guerra justa e questões conexas, como a escravidão, e a questão do fechamento dos mares por privilégios e concessões. O primeiro ponto teve como respaldo as noções de liberdade de defesa, garantia da liberdade do Evangelho, entre outros itens que garantiram às monarquias ibéricas um espaço de ação para a conquista de territórios e povos. O segundo ponto, central para o entendimento do presente trabalho, refere-se à necessidade de assegurar as rotas marítimas com o fechamento dos mares para outros países concorrenciais ao empreendimento ibérico. Como apontam Hespanha e Santos, nos séculos XVI e XVII as ideias jurídicas sobre o mar eram regidas pelo princípio do Direito Natural, segundo o qual o ar, as correntes de água e o mar eram elementos comuns a todos, e por isso inapropriados e inapropriáveis.<sup>5</sup> Ou seja, o mar, como elemento natural, não poderia ser objeto de apropriação em monopólio. Argumentos baseados nessa lei foram muito utilizados por filósofos e juristas contestadores do predomínio ibérico. Entretanto, Portugal e Espanha arrogavam para si a posse exclusiva da navegação oceânica, alegando que as prerrogativas do Direito Natural não poderiam ser aplicadas aos príncipes, além de se entenderem possuidores da prioridade das navegações, por terem sido os primeiros descobridores – podendo, por isso, fazer uso ex-

<sup>3</sup> CARDIM, Pedro. La aspiración imperial de La monarquía portuguesa (siglos XVI y XVII). In: SABATINI, Gaetano (org.). *Comprendere Le monarchie iberiche: risorse e rappresentazioni del potere*. Roma: Viella, 2010.

<sup>4</sup> HESPANHA, Antonio Manoel & SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 352.

clusivo da navegação e da conquista. Outro argumento também arrolado era a doação pontifícia dada às monarquias, que tinham como interesse a expansão do catolicismo.

O fechamento dos mares foi de grande importância para o poder régio português, pois – diferentemente do Império espanhol – o Império luso não se baseou na tradição imperial europeia voltada para grandes domínios de extensão de terra. Como afirmam Hespanha e Santos, o Império português “antes de mais, trata-se, não de um império terrestre, mas de um império oceânico, ou seja, de um império em que o mar já não era um limite, mas, antes, o nexa essencial de união dos pontos de apoio na terra firme, o próprio corpo de império.”<sup>6</sup> Apreendendo o significado dessa particularidade portuguesa, o fenômeno imperial e a forma de organização política ganham novo sentido, pois a noção de representação de poder e a própria prática governamental estavam mais conectadas às questões marítimas e a sua conservação do que à preocupação estrita com o domínio terrestre.

## **A DEFESA MILITAR COMO MANUTENÇÃO DO PREDOMÍNIO MARÍTIMO**

Além do discurso jurídico legitimador apontado acima, outro ponto da política decorreu da importância do mar na configuração imperial portuguesa e da necessidade de manutenção desse poder marítimo: o caráter do aparato militar e de defesa naval.<sup>7</sup> A questão multifacetada da expansão imperial lusa também pode ser associada a um ponto de vista militar; fator importante para a consolidação de feitorias e entrepostos ao longo das trajetórias navais de expansão.<sup>8</sup> O domínio efetivo do mar e de seus caminhos para con-

solidação da presença portuguesa como monopolizadora das principais rotas comerciais oceânicas esteve sempre ligado à organização político-administrativa estabelecida pela Coroa para seus domínios ultramarinos. Apenas um modelo clássico de subordinação dos territórios através da presença de funcionários – ou do aparato militar – não garantiria a conquista do privilégio de monopolização.

Nesse sentido, a monarquia portuguesa buscou inaugurar um sistema governativo que abarcasse a complexidade e a diversidade dos territórios e dos povos conquistados. Como relatam Hespanha e Santos, “a máxima da administração ultramarina portuguesa traduz-se numa capacidade infinita de adaptação de instituições”.<sup>9</sup> Essa atividade administrativa pluralista permitiu a utilização de estratégias formais e informais que estabeleceram a direção dos interesses portugueses, que passavam do cunho comercial para o cunho mais territorial com o passar do período dos descobrimentos. Uma parcela da estratégia de dominação passou pela montagem (ou pelo esboço) de um conjunto militar que possibilitasse a defesa do império marítimo que se estabelecia; a predominância do oceânico como ponto nervoso do sistema de poder expressava a relevância da reflexão dessa força militar, principalmente naval, como uma das facetas de soberania portuguesa na Época Moderna.

O historiador Charles R. Boxer, em seu livro *O Império marítimo português*,<sup>10</sup> revela inúmeros fatores militares que contribuíram para a construção do poder da monarquia portuguesa. Com o objetivo de explicitar as vicissitudes e as características que formaram o Império português na época moderna, o autor inaugura, ao falar dos impulsos e avanços da expansão marítima,<sup>11</sup> a pers-

<sup>6</sup> Ibidem, p. 351.

<sup>7</sup> HESPANHA & SANTOS, op.cit.

<sup>8</sup> SILVA, Luiz Geraldo. Cooperar e Dividir: mobilização de forças militares no Império português (Séculos XVI e XVII). In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério & SILVA, Luiz Geraldo (orgs.). *Facetas do Império na História: Conceitos e Métodos*. São Paulo: Ed, HUCITEC, 2008, p. 257.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 354.

<sup>10</sup> BOXER, Charles R. *O Império marítimo português*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>11</sup> Para Boxer o impulso para Era dos Descobrimientos surgiu de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, políticos e estratégicos. Nesse sentido, quatro motivos se destacariam como principais: a cruzada contra os mulçumanos, o desejo de ouro da Guiné, a procura do reino místico católico de Preste João e a busca pelo monopólio das especiarias orientais. Tais fatores, unidos à precedência de união do Reino e a outros diversos aspectos, possibilitaram a expansão marítima. Cf: BOXER, op. cit.

pectiva que apresenta o mar como espaço de poder português – o que acabou por transformar o país em um importante entreposto comercial e monetário da Europa. Tendo como característica principal o fator de dispersão territorial, pode-se entender tal império como baseado na manutenção das rotas marítimas e de poucos domínios territoriais extensos. No Oriente, a presença portuguesa era representada por uma cadeia de fortes e feitorias; na África, além desses estabelecimentos, também havia assentamentos militares; no Brasil, no início da expansão houve apenas interesse comercial com feitorias e vigilância militar, o interesse territorial e colonizador se estabeleceu aos poucos, tornando-se mais permanente e crucial à medida em que a monarquia lusa começou a perder seus privilégios e comércio monopolizados em outras regiões.<sup>12</sup>

Nessa perspectiva, maiores fatores e estratégias militares surgiram em diversos momentos e de formas diferenciadas. No geral, a ideia de militar na Época Moderna estava ligada aos primórdios desse governo, na Idade Média, quando o ser militar fazia parte do âmbito privado, como uma forma de serviço a ser prestado pelo súdito à Coroa. As ordens militares eram vistas, assim, como recursos a serem alcançados para um melhoramento do *status* social, dentro da noção de sociedade corporativa e hierárquica da monarquia portuguesa de Antigo Regime.<sup>13</sup> Tal visão se perpetuou, fazendo com que os empreendimentos militares de expansão e conquista fossem realizados pelos próprios súditos portugueses em troca de mercês e privilégios. Essa conjuntura impediu, em Portugal e em seus domínios ultramarinos, a formação de um aparelho de Exército e Marinha regulares como corpos profissionais; a pouca organização existente decorria do empreendimento particular dos comandantes.<sup>14</sup>

Como demonstra Luiz Geraldo Silva, o sucesso europeu na dominação dos diversos

povos da América, da África e da Ásia pode ser atribuído a dois fatores: a exploração dos conflitos internos nas sociedades nativas e a ajuda dos novos povos em termos militares.<sup>15</sup> Portugal não seria diferente e por muitas vezes utilizou esses fatores para garantir o monopólio e a conquista, tanto na terra e quanto no mar. O emprego das forças militares seguiu a lógica pluralista de ação governativa lusa nos diversos espaços do império. O caráter militar foi mais sentido na parte Oriental do Império português, onde um sistema que dividia portugueses entre soldados e casados assegurou a soberania portuguesa nas relações comerciais e a proteção contra muçumanos e árabes. Na África e na América, o governo luso seguiu um sistema de dominação mais voltado para os pactos e as alianças com a população nativa. Houve, entretanto, a criação de tropas de 2ª linha, que tinham como objetivo defender os territórios e os interesses.<sup>16</sup> O esboço das diversas estratégias militares reforça o entendimento da utilização das forças militares, especificamente da frota naval, como ponto de apoio importante para proteção das diversas rotas marítimas para navegação portuguesa.

Entretanto, era crônica a falta de pessoal para ocupar postos de soldados e marinheiro e de material para composição da frota naval portuguesa e ocupação dos postos militares em terra, pois o serviço militar era muito impopular no Império português, devido às péssimas condições de trabalho e de remuneração.<sup>17</sup> Os notáveis avanços tecnológicos da frota portuguesa, ao iniciar a expansão marítima, não conseguiram se desenvolver plenamente, principalmente em concorrência com a frota holandesa e com os avanços ingleses no Oriente. Apesar de a carreira militar nos altos postos de comando ainda estar ligada ao *status* e privilégios da aristocracia, a carreira militar não trazia muito benefício para a camada mais baixa da população.

<sup>12</sup> BOXER, op.cit., p. 66.

<sup>13</sup> OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

<sup>14</sup> BOXER, op.cit.

<sup>15</sup> SILVA, op.cit., p. 264.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 258.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

Como já dito, a proteção dos caminhos marítimos era fundamental para manutenção desse vasto império, mas, com tantas dificuldades no quesito de defesa e estratégia militar, pode-se entender que a falência e a falta de estrutura militar mais densa foram fatores consideráveis na perda do predomínio português nos oceanos. Como aponta Boxer, em fins dos séculos XVII e XVIII, encontrava-se uma “pequena, subtripulada e mal treinada Marinha portuguesa” que se mostrava incapaz de assegurar as rotas transatlânticas do comércio com o Brasil e as rotas marítimas orientais.<sup>18</sup>

Nesse sentido, pode-se apreender que, nas vastas causas da expansão e consolidação do Império português, o predomínio do monopólio das rotas marítimas despontava como fator relevante. Os diversos projetos governamentais lusos procuraram manter o exclusivismo comercial e transoceânico para Portugal. Entre essas ações, podem-se notar aspectos militares que não só garantiram o combate aos inimigos, como também celebraram pactos com populações nativas. A introdução das noções de mercês e privilégios para o serviço militar garantiu a participação da aristocracia portuguesa nos cargos de comando e a entrada de muitos súditos ultramarinos. Contudo, a falta de maior desenvolvimento tecnológico militar e material, além da falta de treinamento e pessoal qualificado na profissão militar, levou, juntamente com outros fatores, à perda do monopólio luso nos oceanos – e, com o tempo, do poder do Império português.

Uma organização com aspecto realmente militar (e mais profissional) começou a ser pensada apenas em fins do século XVIII, dentro da lógica das mudanças administrativas postas em prática pelo Marquês de Pombal visando à conformação do aparato absolutista português.<sup>19</sup> Nesse contexto, a figura do Conde Lippe aparece como reestruturadora do sistema militar português, dando às forças militares uma direção mais moderna e profissional. Na prática, tais re-

formas contribuíram para a melhoria das fortificações, o levantamento tático dos terrenos e novas regras de recrutamento, fardamento e disciplina.<sup>20</sup> Também foi nesse último quarto de século, já no reinado de D. Maria I, que surgiram as escolas militares de saber técnico especializado, que visavam a dotar de maior cientificidade os estudos dos oficiais do Exército e da Marinha. Entretanto, apesar de se esboçar o início do processo de maior profissionalização dos quadros militares, isso só se consolidaria em meados do século XIX.

## **IMPÉRIO DO BRASIL: NOVAS DINÂMICAS NO MAR**

A importância marítima para consolidação do Império português, como discutido acima, foi levada a todas as regiões ultramarinas. Cada parte da vasta região lusa era desdobramento da expansão marítima e comercial, a partir do qual tomaram lugar no complexo de monopólios comerciais e de rotas. O Brasil, inserido nessa rede imperial ligada ao mar, mostrou, ao longo da Época moderna, ser uma das principais fontes de monopólios e de colonização portuguesa. Eram cada vez maiores o desprestígio e a perda dos caminhos que chegavam à Ásia. Tal realidade, ademais dos descobrimentos de minas de ouro e expansão da agricultura mercantil escravista nas terras da América, tornou o Brasil a mais fértil região do Império português.

## **A CONSTRUÇÃO DO HERDEIRO**

A colonização do Brasil, primeiramente ligada apenas ao interesse comercial, passou a ter como norte a intervenção de produção da grande lavoura. Esse interesse colonizador português consolidou uma relação de atividades comerciais baseadas no monopólio, principal política da ordem mercantilista à época. Nesse sentido, um complexo jogo de relações entre a face me-

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>19</sup> WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. “Exército, milícia e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações”. In: *Revista Da Cultura*. Ano III, n. 14. [http://www.funceb.org.br/images/revista/5\\_2q0t.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf), p.27.

<sup>20</sup> GÓUVEIA, António Camões; MONTEIRO, Nuno G. A Milícia. In: HESPAHNA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

tropolitana e a face colonial passou a existir configurando uma dinâmica pactícia. Para Mattos, esse pacto que se estabeleceu entre Portugal e a América portuguesa era assimétrico em termos de ganhos e vantagens, mas produziu uma série de privilégios e monopólios para a sociedade colonial, influenciando, assim, a constituição da futura sociedade brasileira no pós-Independência.<sup>21</sup>

A dinâmica estabelecida na colonização do Brasil permitiu a formação de três grupos: colonizadores, colonos e colonizados. A relação entre eles permitiu a construção de um espaço regional organizado pelas relações sociais regidas pela noção de sociedade corporativa e pelos modos de produção, que estavam voltados para o mercado externo e para a subsistência. O papel do colonizador, representado pelos administradores fiscais e reais, pelos eclesiásticos e pelos comerciantes de grosso trato, era assegurar a transferência da renda para Portugal. Nesse sentido, eles monopolizavam setores como financiamento, crédito e circulação de mercadorias nas rotas terrestres e marítimas, garantindo a subordinação dos súditos colonos enraizados. Essa forma de ação e direção, entretanto, acabava por gerar um monopólio para os colonos, que, no fundo, eram os primeiros produtos coloniais – pois eram colonizadores convertidos em colonos.

O processo de enraizamento do elemento português foi se estabelecendo ao longo de todo o período colonial. Como aponta Fragoso,<sup>22</sup> o grupo que ocupou as regiões coloniais brasileiras do Império português tinha em sua formação todo um aparato de regras que apresentava a lógica de um regime centrada nas bases do jusnaturalismo, do privilégio e das mercês. Tal noção foi transferida e adaptada ao contexto colonial,

que possuía novos elementos sociais, como índios e escravos. Mesmo ao longo dos anos, com as mudanças ocorridas com a entrada de outros elementos sociais, como os negociantes, e a perda de prestígio dos conquistadores, no caso específico do Rio de Janeiro, a lógica de Antigo Regime se manteve e se expandiu para todas as esferas sociais da Colônia. Entende-se, assim, que o *ethos* construído nos estágios iniciais da colonização, que enfatizava a hierarquia, a posição e reconhecimento social, além do poder simbólico, espalhou-se e foi introduzido nos indivíduos que nasceram naquela terra ou que se enraizaram posteriormente.

Os colonos eram os proprietários de terras, de mão de obra e de meios de trabalhos que produziam os produtos geradores de poder e riqueza para o Império português. Percebe-se que a relação entre colonos e colonizadores, apesar de marcada por conflitos, produziu uma sociedade colonial que introduzia os valores de privilégios e interesses da região metropolitana, mas também de seus interesses.<sup>23</sup>

A gestão desse pacto entre o Reino e a América portuguesa, envolto em vários monopólios, privilégios e hierarquizações, estava muito ligada à noção da sociedade corporativa, que então era pensada como um corpo, em que a disposição dos órgãos e as suas funções estavam definidas pela natureza.<sup>24</sup> A imagem *da res publica* como corpo social tinha o rei como cabeça do reino, dos outros membros desse corpo emanariam outras fontes de poder, cada qual ocupando um lugar específico e hierárquico nessa sociedade corporativa. A soberania seria estabelecida por meio de um pacto natural, que fundaria toda uma gama de direitos e deveres a serem respeitados por todos os componentes desse corpo<sup>25</sup> – inclusive pelo

<sup>21</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

<sup>22</sup> FRAGOSO, João. "O capitão João Pereira de Lemos e a Parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII". In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (orgs). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

<sup>23</sup> MATTOS, op.cit.

<sup>24</sup> HESPANHA, A. M. "As estruturas políticas em Portugal na época moderna". In: MATOSSO, José, TENGARRINHA, José (Orgs.). *História de Portugal*. Lisboa: Instituto Camões, 2000, p.118.

<sup>25</sup> GUERRA, François-Xavier. De la Política Antigua a la Política Moderna. La Revolución de la Soberanía. In: GUERRA, François-Xavier; LEMPERIERE, Annick (org.) *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII–XIX*. México: Fondo de Cultura Económica/Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998. p.111.

monarca, responsável pela manutenção dos equilíbrios entre os diversos membros.<sup>26</sup> Como aponta Guerra, “a relação bilateral e recíproca entre rei e reino é reforçada pelo tipo de obrigação política, a de vassalos ante a seu senhor. O vassalo [...] expressa uma relação pactuada, formada por deveres e direitos recíprocos, muito distante do discurso absolutista”.<sup>27</sup> Essa visão compartilhada entre os diferentes grupos que compunham a sociedade do Império português possibilitou a configuração acima referida, em que cada elemento – colono, colonizador e colonizado – ocupava uma posição na escala hierárquica, produzindo direitos e deveres partilhados e incorporados na dinâmica social.

As modificações nesse modelo começaram a ser gestadas ainda no século XVIII, quando inovações teórico-políticas acerca da nação e do estado modernos foram amplificadas pela Revolução Francesa.<sup>28</sup> Os preceitos defendidos pelo iluminismo, que se pautavam no ideário liberal, espalharam-se pelas monarquias europeias, induzindo uma discussão a respeito da concepção do pacto de soberania e da imagem da sociedade.<sup>29</sup> Foi nesse período que tomou mais fôlego, de acordo com a conjuntura de cada território, uma nova interpretação das monarquias, com sentido mais absolutista; mais centralizado.<sup>30</sup>

Entretanto, apesar das inovações impostas pela nova ordem liberal, em inúmeros países – principalmente nas Américas –, havia resistências e permanências do imaginário do Antigo Regime nas práticas sociais.<sup>31</sup> Essa configuração de coexistên-

cia entre o ideário liberal e o jusnaturalista criou espaço para inúmeros conflitos nas sociedades modernas, principalmente nos pontos que se centravam em relação à escolha de quais interpretações e práticas conceituais seriam utilizados pelos Estados modernos em formação.

O Brasil estava inserido nesse contexto de inovações e regressões e teve sua história intimamente ligada à dinâmica de transformação e permanência das velhas tradições e da nova ordem liberal. Como destacou Maria Fernanda Martins,<sup>32</sup> a elite colonial brasileira inseriu-se nos debates apresentados nos círculos intelectuais portugueses, em que havia um conflito entre a noção jusnaturalista e o liberalismo. Os debates dos ideários de Antigo Regime e da modernidade chegaram ao Brasil a partir de intelectuais relacionados às elites políticas e econômicas coloniais, e que se formaram na Universidade de Coimbra, o centro irradiador dos debates acerca das doutrinas políticas que foram incorporadas pelas reformas pombalinas.<sup>33</sup> Tais teorias espalhavam-se pela Colônia através das redes de solidariedades existentes entre os grupos de elite.<sup>34</sup> Como defende a autora, houve no Brasil – e perpetuou-se no período imperial –, uma sociedade composta por indivíduos diferenciados que protegiam seus interesses a partir da criação de redes de sociabilidade e parentesco, que perpassam toda a hierarquia social. Ou seja, a união de indivíduos de origens diferentes, mas que possuíam o mesmo pensamento conservador relativo ao poder, à família e à fortuna.<sup>35</sup>

<sup>26</sup> HESPANHA, op.cit., p. 118-119.

<sup>27</sup> GUERRA, François- Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCÓSÓ, István (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003. p.40

<sup>28</sup> GUERRA, op.cit., p. 34

<sup>29</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 57.

<sup>30</sup> GUERRA, op.cit., p. 42.

<sup>31</sup> MAYER, Arno J. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. Tradução de: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1990.

<sup>32</sup> MARTINS, op.cit., Importante ressaltar que Sérgio Buarque de Holanda enfatizou nas permanências culturais e políticas na sociedade imperial brasileira após a independência. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Herança Colonial – Sua Desagregação*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, org. por Sérgio Buarque de Holanda, 6ª ed. São Paulo: Difel, 1985, t. II, v.1, p. 9 a 39.

<sup>33</sup> Cf. MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do Império Luso-Brasileiro. In: Idem. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Tradução de Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira (et. al.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 157-208

<sup>34</sup> MARTINS, op.cit., p.25

<sup>35</sup> Ibidem, p. 44.

Essa configuração social, também apontada por José Murilo de Carvalho,<sup>36</sup> permitiu a idealização de um Estado moderno gestado por um longo processo de constituição e o desenvolvimento de uma elite específica, que se associou não só pelo treinamento burocrático da administração portuguesa e pela educação em Coimbra, mas também pela manutenção de privilégios obtidos ao longo do período colonial.<sup>37</sup> Essa particularidade na configuração do Império luso-brasileiro autorizou uma formação específica do Estado Imperial e de sua elite política, que se iniciou no processo de Independência em 1822 e perdurou até meados do século XIX.<sup>38</sup>

Maria Odila<sup>39</sup> e Ilmar de Mattos<sup>40</sup> destacam que o processo que levou à Independência do Brasil teve como baliza a chegada da Corte em 1808.<sup>41</sup> Essa particularidade – a transferência do rei para o Rio de Janeiro – desenhava novos rumos na história brasileira. Afinal, ao contrário do que aconteceu com as colônias espanholas, com a Corte portuguesa no Brasil e o estabelecimento do aparato político-cultural, administrativo, econômico no Brasil, ou seja, de uma sociedade de corte nos trópicos,<sup>42</sup> possibilitou-se não só a manutenção territorial como também a formação de grupos de elites beneficiados com tal projeto.

Ao estabelecer o Rio de Janeiro como centro do Império português, o governo atraiu para a região colonial uma gama de interesses de indivíduos que eram colonizadores, ou seja, que estavam ligados apenas às atividades monopolistas e comerciais que garantiriam o deslocamento da renda para a metrópole portuguesa. A cada momento de transformação na nova sede da Corte, com a abertura de portos e de chances para au-

mento do prestígio, *status* e poder, maior se tornou o processo de enraizamento dos interesses metropolitanos na Colônia. Pode-se dizer que a Corte no Brasil possibilitou uma chance de união de dois grupos antes distintos, união de interesses e busca pela manutenção de poder que alcançaram no primeiro quartel do século XIX.<sup>43</sup>

Essa particularidade na trajetória do Império luso-brasileiro trouxe uma direção especial para o período de independência e, posteriormente, à própria construção do Estado Imperial brasileiro e de sua classe senhorial. O Brasil se separou de Portugal no contexto da Revolução de 1820, quando as diversas exigências da restauração constitucional portuguesa exigiram a perda dos avanços e de privilégios alcançados por esse grupo de elite que havia se unido e reforçado mais identidade ao longo da estadia joanina nos trópicos. Ou seja, a ruptura entre “portugueses” e “brasileiros”, seguida da construção do Império do Brasil, foi realizada a partir de uma elite senhorial formada ainda no período colonial, que ganhou mais destaque ao se aproximar da Coroa na sede do Rio de Janeiro e se julgava herdeira das conquistas e domínios portugueses no cenário atlântico; e também construtora de um novo corpo político – Estado brasileiro – destinado a defender as tradicionais estruturas sociais, políticas e econômicas consolidadas na época colonial. A busca de grupos de elites reunidos no interesse de assegurar o monopólio da propriedade, da escravidão e dos meios de trabalho.<sup>44</sup>

Até aqui, percebe-se a existência de uma aproximação relativa entre a configuração do Império luso-brasileiro no período da colonização e a configuração do Império do Brasil. Este último representa a consolidação de

<sup>36</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2ª Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>37</sup> MARTINS, op.cit., p. 44.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>39</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. “A interiorização da Metrópole, 1808-1822”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

<sup>40</sup> MATTOS, op.cit.

<sup>41</sup> De certa forma ressaltam a leitura de Caio Prado Jr e de Fernando Novais.

<sup>42</sup> Cf: SCHULTZ Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.; MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: Civilização e Poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>43</sup> MATTOS, op.cit.

<sup>44</sup> Idem, “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almack Brasilienze*, nº 1, Maio de 2005. [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1808-139&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1808-139&lng=pt&nrm=iso)

um processo de formação de elites na sociedade luso-brasileira desde os primórdios da era dos descobrimentos, a união dos diversos grupos pela manutenção da Ordem e do conservadorismo na esfera estatal do governo imperial possibilita enxergar heranças advindas da complexa sociedade corporativa lusa, mas também inovações que apontavam para soluções de enquadramento do Brasil no novo cenário mundial de emergência de um capitalismo concorrencial.

A partir dessa conjuntura, Ilmar de Mattos aponta uma restauração da configuração colonial, tendo a Coroa como a face regional e as nações civilizadas como a nova face metropolitana.<sup>45</sup> Apesar de integrar lógicas e práticas sociais portuguesas, o elemento português era malvisto na nova sociedade que se erguia. Perseguidos e associados, no imaginário brasileiro, à representação do atraso e impedimento do avanço glorioso do novo país, os portugueses que aqui ficaram sofreram com inúmeras perseguições e conflitos.<sup>46</sup> Apesar de ainda manter certo predomínio na área comercial junto com outros estrangeiros, o Estado que se configurava buscou afastar qualquer representação portuguesa da sua história, além de qualquer ligação perigosa que representasse perigo à liberdade conquistada. O lugar exercido por Portugal, tanto na parte de inspiração cultural como nos negócios dominados pelos colonizadores monopolistas, como crédito, comércio e rotas terrestres e marítimas, passou a ser ocupado pelas nações civilizadas europeias – principalmente a Inglaterra.<sup>47</sup>

## **AS DINÂMICAS DO ESPAÇO MARÍTIMO NO IMPÉRIO DO BRASIL**

Apresentada a nova dinâmica do Império do Brasil, onde houve uma substituição da face metropolitana pelas nações civilizadas

e o aprofundamento do Brasil como região de produção agricultora mercantil e escravista, pode-se analisar como a perspectiva atlântica e o mar, centrais na configuração de poder portuguesa, passaram a ser encarados pelos herdeiros brasileiros.

O mar já foi apresentado como ponto importante na constituição do Império português, o sucesso da expansão marítima e das conquistas também dependeu da manutenção do monopólio das rotas marítimas e sua defesa militar. Mesmo com o passar dos séculos e a perda significativa de alguns caminhos marítimos, os portugueses continuaram no comando da maioria dos transportes dos principais monopólios da modernidade: ouro, açúcar e escravos. Como já apontado, na dinâmica colonial constituída entre as regiões do Brasil e de Portugal, a parte referente às rotas e ao comércio tinha predomínio dos agentes metropolitanos, ainda não enraizados na sociedade colonial. Com o processo de chegada da Corte, enraizamento e união dos agentes metropolitanos aos colonos ligados à terra, abertura dos portos e introdução de uma nova lógica capitalista, o mar se abriu aos “brasileiros” como possibilidade de dominação do complexo imperial atlântico sul que perpassa a escravidão.<sup>48</sup>

O Brasil imperial veio a ser a afirmação do Brasil português, e o mar se constituiria como principal meio de ligação para o mercado de subsistência entre as diferentes partes do Império e principal porta de entrada dos produtos manufaturados ingleses e de mão de obra escrava, pilar da produção econômica.<sup>49</sup> Também se utilizaria, em algumas ocasiões, da frota naval da Marinha Imperial erguida nas guerras de Independência, com o intuito de assegurar interesses nos possíveis conflitos com países vizinhos – uma forma de política externa.<sup>50</sup>

<sup>45</sup> Ver capítulo I de MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

<sup>46</sup> Cf: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Relume Dumará, 2002.

<sup>47</sup> MATTOS, loc. cit.

<sup>48</sup> ARIAS NETO, José Miguel & GUIZELIN, Gilberto da Silva. *A projeção atlântico-africana do Império do Brasil: um desafio à hegemonia britânica no Atlântico Sul, 1826-1850*. Texto publicado nos Anais VII Seminário de pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, 2008.

<sup>49</sup> MATTOS, loc. cit.

<sup>50</sup> MALVASIO, Ney Paes Loureiro. *A Marinha de Guerra brasileira como braço da política externa imperial*. Texto publicado nos Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, Anpuh, 2007.

Apesar do discurso do Império do Brasil de destinar o controle marítimo e das rotas atlânticas à elite imperial e fazer disso parte de um discurso representativo da imagem de nação que se construía como centro do mundo devido a grande costa litorânea, a maior parte das frotas que suspendiam e atracavam em solo brasileiro não possuía a bandeira nacional, principalmente os navios transportadores de café e açúcar. Entretanto, outros setores do comércio marítimo foram herdados pelos brasileiros e portugueses do período colonial, principalmente o setor de cabotagem e o do tráfico negreiro.

O olhar da elite brasileira para o oceano atlântico tinha como objetivo a conquista da costa africana, vista como ponto de sustentação para a dinâmica econômica e social que se restaurava, porque era o centro produtor da mão de obra escrava. Desde a época colonial, a relação entre Brasil e África era intensa e, no meio dessas rotas, o “comércio das almas” se estabeleceu como fonte de principal interesse para ambos os lados.<sup>51</sup> A presença dos brasileiros na Costa africana ganhou mais impulso com a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, aumentando a possibilidade de maior engajamento de grupos de comerciantes que enraizaram seus interesses na Colônia. Contraditoriamente, também foi nesse período que se iniciou a expulsão dos elementos brasileiros no comércio entre África e Brasil, devido aos tratados assinados por D. João e D. Pedro I, que objetivavam uma abertura maior aos navios ingleses e a supressão do tráfico de escravos – que serviu de camuflagem para política inglesa de controle dos mares e das rotas para África e Ásia.<sup>52</sup>

O século XIX foi o tempo em que o Reino Unido buscou o domínio dos caminhos marítimos para tentar fazer do Atlântico um “mar inglês” e assegurar a circulação de suas manufaturas, lucros e créditos. Nesse contexto, o conhecido comércio triangular entre África, Europa e América foi se desfazendo, sendo suplantado pelo poderio inglês. Os diversos acordos realizados para extinção do

comércio marítimo escravo minou a presença do Brasil na Costa Africana. Para Costa e Silva, a data de 1851, bloqueio naval britânico a Lagos, porto de comércio escravo, assinala o início do fim de ligação profunda comercial do Brasil com os países africanos.

Mesmo com a consolidação do Estado Imperial como espaço reprodutor dos interesses de um grupo social que baseava seu poder na perpetuação da propriedade de terras e de escravos, a questão referente ao comércio e às rotas marítimas era um ponto muito discutido pela política do Estado, sendo considerado um setor industrial e que estava em mãos de muitos comerciantes brasileiros, que acabavam por formar alianças com os grandes setores de agricultura escravista do país. Ou seja, comerciantes incorporavam a lógica da sociedade imperial baseada na propriedade e na escravidão.<sup>53</sup> O Estado imperial, mesmo tentando empregar ações referentes ao fim do tráfico de escravos, muitas vezes foi tolhido pela importância dos grupos sociais dos comerciantes.

Contudo, o Império do Brasil não conseguiu frear o expansionismo inglês nas áreas marítimas e de interesses dos brasileiros nas rotas atlânticas. Primeiramente pela dependência do comércio que estabeleceu com a Inglaterra, mas também por não conseguir fazer frente ao poderio naval britânico. A organização de um aparato militar naval no período imperial foi, de certa forma, lenta.

Como visto, a defesa militar naval era um requisito importante na defesa da monarquia portuguesa e de seus domínios marítimos, e a fragilidade do sistema português, ao longo da Época Moderna, foi um dos fatores que levaram à perda dos domínios de vários caminhos e navegação devido à entrada de outros países concorrentes. O Império do Brasil foi herdeiro das estruturas militares portuguesas, mas buscou ao longo da primeira metade do século XIX a construção de um aparato militar naval influenciado pelas nações civilizadas – França e Inglaterra.

A gestação das forças militares como instituições estruturadas pela hierarquia e

<sup>51</sup> Cf: SILVA, Aberto da Costa e. *Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003.

<sup>52</sup> Idem, O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. In: *Estudos avançados*. Vol.8, nº 21, 1994.

<sup>53</sup> MATTOS, loc. cit.

pela disciplina, ligada ao conceito de defesa do Estado-Nação, ocorreu ao longo dos Oitocentos. A Prússia, a Inglaterra e a França apontavam para a conformação de um sistema militar moderno em defesa dos interesses das nações que se construía. A nova estruturação militar naval possibilitou o afastamento da noção militar mercenária e aristocrática, inserindo as origens de um profissionalismo militar envolto no aspecto político de segurança nacional.<sup>54</sup> Essas discussões também chegavam ao cenário político imperial brasileiro, sendo parte de um movimento maior da própria centralização burocrática de formação estatal.<sup>55</sup>

Todavia, o processo de constituição de um aparelho militar e, conseqüentemente, das estruturas materiais e de espaços militares foi mais irregular no Império do Brasil. Tal conjuntura influenciou a falta de perspectiva em dominar por completo as rotas comerciais e marítimas herdadas do Império português. Entretanto, existia desde o período pós-Independência uma frota naval de Marinha de Guerra responsável pelo fim das guerras de independência e da vigilância do litoral brasileiro contra o tráfico negreiro.<sup>56</sup> O que faltava era uma harmonização maior de todo aparato militar naval, no sentido de garantir uma política única e objetiva, que assegurasse o domínio completo da soberania e interesses desse Império do Brasil e de sua elite frente aos interesses ingleses e de outros países concorrenciais.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto pode-se afirmar que, de fato, o Império do Brasil foi a confirmação das estruturas políticas, econômicas e sociais gestadas no Império português. A partir da formação de uma elite dirigente do Estado Imperial, consolidou-se o projeto de conservação da ordem e do *status* de hierarquia advindo do período colonial, em que a propriedade de terras e a escravidão deram o tom para configuração dos diferentes instrumen-

tos de poder no espaço imperial. Esse novo grupo social de elite era formado pelos grandes senhores de terra e pelos comerciantes de grosso trato, enraizados ao longo da Colônia, mas principalmente depois da instalação da Corte na América portuguesa. A busca da manutenção de uma ordem de regras permite avaliar que a nova sociedade brasileira imperial foi herdeira de um complexo jogo de relações hierárquicas do regime português, mesmo que no discurso de representação da nova nação o elemento português seja excluído e associado a certo impedimento do desenvolvimento do Império do Brasil.

Nesse sentido, a perspectiva atlântica, fortemente ligada à construção da monarquia lusa e seus domínios ultramarinos, foi um legado para a sociedade imperial brasileira do século XIX. O comércio marítimo, tanto de cabotagem quanto de escravos, foi, durante grande parte do período, ocupado por brasileiros e portugueses, sendo considerado uma indústria importante na configuração econômica imperial. Os indivíduos ligados aos caminhos marítimos ocupavam lugar de destaque na sociedade imperial e estavam associados aos indivíduos ligados à terra e à escravidão.

Entretanto, o Império do Brasil não conseguiria impedir o expansionismo inglês no Oceano Atlântico. A Inglaterra, como principal representante do avanço de um capitalismo monopolista, escolheu lançar sua forte frota naval como parte de um projeto maior de dominação e poder das rotas marítimas e dos mercados internacionais; a supressão do tráfico negreiro foi uma questão central para o sucesso do domínio que se buscava. O Império do Brasil já havia perdido parte de sua praça de comércio aos ingleses, neste momento ocupando o lugar dos antigos colonizadores portugueses, e também perdeu, por meio dos acordos (na busca de uma aproximação com as nações civilizadas), a luta pela manutenção do comércio com a Costa africana – setor comercial associado aos brasileiros. Outro fator de

<sup>54</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

<sup>55</sup> SOUZA, Adriana B. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política conservadora*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>56</sup> SOUSA, Gustavo Pinto. Os conflitos do ilícito comércio e a Marinha brasileira. In: *Revista Navegador*. Vol. 6, nº 12, 2010.

destaque para a não manutenção de todos os caminhos marítimos no comércio atlântico foi a lenta organização dos complexos navais militares, que impediriam uma expressão de força militar frente aos outros países concorrenciais.

O Império do Brasil era constituído por um mar de heranças portuguesas e, apesar de tentar afastar o sombrio período colonial na história do Brasil a ser construída, na prática os brasileiros ainda tinham muito do jeito português de ser, fazer e ver o mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS NETO, José Miguel; GUIZELIN, Gilberto da Silva. *A projeção atlântico-africana do Império do Brasil: um desafio à hegemonia britânica no Atlântico Sul, 1826-1850*. Texto publicado nos Anais VII Seminário de pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, 2008.

BOXER, Charles R. *O Império marítimo português*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARDIM, Pedro. La aspiración imperial de La monarquía portuguesa (siglos XVI y XVII). In: SABATINI, Gaetano (org.). *Comprendere Le monarchie iberiche: risorse e rappresentazioni del potere*. Roma: Viella, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2ª Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor; KRAV, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora, 2004.

DIAS, Maria Odila da Silva. "A interiorização da Metrópole, 1808 – 1822". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FRAGOSO, João. "O capitão João Pereira de Lemos e a Parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII". In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

\_\_\_\_\_. De la Política Antigua a la Política Moderna. La Revolución de la Soberanía. In: GUERRA, François-Xavier; LEMPERIERE, Annick (org.) *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII–XIX*. México: Fondo de Cultura Económica/Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

HESPANHA, A. M. "As estruturas políticas em Portugal na época moderna". In: MATOSSO, José; TENGARRINHA, José (Orgs.). *História de Portugal*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

HESPANHA, Antonio Manoel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: Civilização e Poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALVASIO, Ney Paes Loureiro. *A Marinha de Guerra brasileira como braço da política externa imperial*. Texto publicado nos Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, Anpuh, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. "Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política". *Almack Brasilienze*, nº 1, Maio de 2005. [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1808-139&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1808-139&lng=pt&nrm=iso).

MAYER, Arno J. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. Tradução de: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1990.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Relume Dumará, 2002.

SCHULTZ Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

SILVA, Aberto da Costa e. *Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. In: *Estudos avançados*. Vol.8, nº 21, 1994.

SILVA, Luiz Geraldo. Cooperar e Dividir: mobilização de forças militares no Império Português (Séculos XVI e XVII). In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (orgs.). *Facetas do Império na História: Conceitos e Métodos*. São Paulo: Ed, HUCITEC, 2008.

SOUSA, Gustavo Pinto. Os conflitos do ilícito comércio e a Marinha brasileira. In: *Revista Navigator*. Vol. 6, nº 12, 2010.

SOUZA, Adriana B. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política conservadora*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

TOMICH, Dale. "O Atlântico como Espaço Histórico," in *História Atlântica. Special issue of Estudos AfroAsiáticos*, Vol. 26, nº 2, 2004.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. "Exército, milícia e ordenanças na Corte Joana: permanências e modificações". In: *Revista Da Cultura*. Ano III, nº 14. [http://www.funceb.org.br/images/revista/5\\_2q0t.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf).